



Estado do Rio de Janeiro.
Município de Paracambi.
Secretaria Municipal de Educação e Esportes

CONVÊNIO N.003/2017

INSTRUMENTO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PARACAMBI E ASSOCIAÇÃO DOS CICLITAS DE PARACAMBI, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.186/2015, E DO CONSTANTE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1600/2017.

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE PARACAMBI, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrito no CNPJ/MF sob nº 29.138.294/0001-02, por sua Secretaria de Educação e Esportes, representada pelo Ilmo. Sr. Secretário **Mariano Carvalho Almeida**, brasileiro, casado, servidor público, portador da Carteira de Identidade nº 09522982-9 e inscrito no CPF sob o nº 084.723.387-11, residente e domiciliado na Rua Américo Rodrigues Ferreira, nº 503, Centro, Paracambi/RJ.

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DOS CICLISTAS DE PARACAMBI- PARACAMBIKE, pessoa jurídica de direito privado (associação ou organização religiosa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.908.916/0001-47, com sede na Rua João Fischer, nº 665, Centro, Paracambi/RJ, neste ato representada por Altair Emidio Trindade Junior, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 10208575-0 – IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 028.150.477-64, residente e domiciliado na Rua José Cândido Costa Cortes, nº126 C/03, Centro, Paracambi/RJ.

Pelo presente instrumento de CONVÊNIO que celebram entre si, o MUNICÍPIO DE PARACAMBI e ASSOCIAÇÃO DOS CICLISTAS DE PARACAMBI- PARACAMBIKE, acorda-se o repasse de recursos financeiros para subvenção cultural, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo aduzidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio tem por objetivo a transferência de recursos financeiros em favor da CONVENIADA, para a promoção de evento desportivo (Programa 60 – Educação e Esporte na Comunidade, Ação 2044), com a contrapartida o compromisso social de fazer ampla divulgação do evento e da atividade esportiva no Município de Paracambi, bem como atender as todas as dúvidas referentes ao projeto apresentado, através do representante da comissão organizadora pelos contatos.

Parágrafo único - Será de responsabilidade da Secretaria de Educação e Esportes a fiscalização e acompanhamento das atividades e obrigações da CONVENIADA, ofertando aos órgãos a que se refere a cláusula segunda, relatório circunstanciado, com manifestação conclusiva quanto à regularidade e cumprimento do plano de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - A CONVENIADA deverá prestar contas dos recursos recebidos até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao recebimento do recurso à Controladoria Geral, que deverá proceder ao exame contábil e financeiro dos documentos, para auditoria sobre a respectiva regularidade, submetendo-o, após, aos órgãos de controle externo.

§1º - Com base em documentos contábeis, fiscais e gerenciais, os órgãos a que se refere o *caput* desta cláusula, deverão emitir parecer conclusivo sobre a aplicação dos recursos repassados à entidade conveniada, que atenda além da transparência da gestão, definida pelo art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e das exigências de normas específicas, ateste, no mínimo:

I - o recebimento da prestação de contas da entidade beneficiária, bem como a aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade;



Estado do Rio de Janeiro.
Município de Paracambi.
Secretaria Municipal de Educação e Esportes

- II - datas da prestação de contas e dos repasses concedidos;
- III - os valores transferidos e os comprovados, por fontes de recursos;
- IV - a localização e o regular funcionamento da entidade que recebeu os recursos;
- V - a finalidade estatutária da entidade beneficiária;
- VI - descrição do objeto dos recursos repassados e dos resultados alcançados;
- VII - o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;
- VIII - a regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestados pelos controles internos do CONVENIENTE.

§2º - Os saldos de Convênio repassados para entidade e enquanto utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês. Auferidas tais receitas, estas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as respectivas prestações de contas, conforme determinar os §§4º e 5º do art. 116 da Lei nº 8.666/93.

§3º - A CONVENIADA manterá em seus arquivos, em boa guarda e organização, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da data de aprovação da prestação de contas do CONVENIENTE, os documentos a que se refere o *caput*, juntamente com todos os comprovantes de pagamentos efetuados com os recursos financeiros transferidos na forma desta Lei, e estará obrigada a disponibilizá-los sempre que solicitado.

CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas decorrentes da execução deste convênio correrão por conta da dotação orçamentária codificada sob nº1898, sendo repassado o valor de R\$15.000,00.

Parágrafo único – O valor repassado poderá ser aplicado nos seguintes itens: Kits de inscrição; sistema de inscrição e cronometragem; troféus personalizados; medalhas personalizadas; alimentação equipe de trabalho + atletas; material para marcação do percurso; taxas de federação de ciclismo; contratação de equipe médica; material estrutural; cobertura fotográfica; seguro atleta; material administração; transporte e combustível e premiação.

CLÁUSULA QUARTA - A CONVENIADA é proibida de redistribuir os recursos que cuida o presente, bem como de prorrogar o prazo de sua aplicação, sem que haja prévia e expressa autorização do CONVENIENTE, ficando suspensas novas concessões em caso de inadimplência.

CLÁUSULA QUINTA - O CONVENIENTE rescindir unilateralmente o presente convênio sempre que a CONVENIADA deixar de cumprir qualquer uma das cláusulas constantes deste convênio, bem como do plano de trabalho aprovado pela Secretaria de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SEXTA - O presente convênio poderá ser denunciado unilateralmente por qualquer das partes, a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ressalvado o disposto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SÉTIMA - Quando da conclusão, denúncia, resolução ou qualquer outra forma de extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao CONVENIENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela Controladoria Geral do CONVENIENTE.



Estado do Rio de Janeiro.
Município de Paracambi.
Secretaria Municipal de Educação e Esportes

CLÁUSULA OITAVA - O presente convênio vigorará até 31 de dezembro do corrente ano.

CLÁUSULA NONA - Fica eleito o foro da Comarca de Paracambi, para dirimir as questões referentes à execução deste convênio, que não puderem ser resolvidas amigavelmente, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim terem ajustado, assinam o presente instrumento de convênio em 04 (quatro) vias de igual teor para um só efeito.

Paracambi, 06 de Julho de 2017.

Mariano Carvalho Almeida
Sec. Municipal de Educação e Esportes

Altair Emidio Trindade Junior
Diretor Geral da Associação dos Ciclistas de Paracambi

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____